



A ambigüidade do projeto de FHC

A relação entre o atraso e o moderno é tema fundamental na obra dos maiores pensadores brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Celso Furtado e, perdoem-me os adversários ferrenhos do governo, o atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Seu estudo do empresariado brasileiro da década de 60 mostrou que nossa burguesia não tinha o protagonismo político da que realizou as revoluções capitalistas no mundo desenvolvido, mas, apesar disso, o país passaria por um ciclo de desenvolvimento industrial. Sua tese mostrou-se a correta diante da visão corrente na esquerda de que o país ficaria estagnado por conta do retrocesso autoritário. Neste aspecto, como nos mais importantes de sua obra, a contribuição original de Fernando Henrique foi ir além da visão dicotômica sobre a relação entre o atraso e o moderno, mostrando que há uma convivência ambígua entre estes dois termos.

Decerto que ele não foi o primeiro a fazer isto, mas a novidade de sua obra foi, em vez de dizer que essa convivência servia apenas para perpetuar o mesmo, afirmar que dessa ambígua relação entre o atraso e o moderno nascia, por muitas vezes, a transformação. O próprio presidente gosta de lembrar que Francisco Weffort uma vez o definiu como o sociólogo que privilegiava o estudo da mudança social.

Leitor, perdoe-me por essa reflexão acadêmica quando o país está perplexo com as graves denúncias envolvendo Eduardo Jorge, que era, nada mais nada menos, um dos homens de maior poder do primeiro governo FHC e no qual o presidente depositava inteira confiança. Talvez você esperasse, logo de cara, um brado contra esse episódio. Claro que defendendo uma apuração rigorosa dos fatos — o que, aliás, é o maior antídoto para o próprio governo se sair bem desta história. Não tenho, contudo, como avaliar mais profundamente

a participação desta ou daquela pessoa no caso, pois os fatos ainda estão sendo elucidados. Por isso, parcimoniosamente preferi olhar para a questão geral discutida acima e que está por trás destas novas denúncias: a ambígua relação entre o moderno e o atraso no projeto político de Fernando Henrique.

Reforma tem sido a palavra de ordem

Reforma tem sido a palavra de ordem da era FHC. De fato, o país mudou muito neste período: as privatizações alteraram o perfil cartorial do Estado, o Plano Real debelou a inflação crônica, fortaleceu-se a preocupação com a responsabilidade nos gastos públicos, em suma, o Brasil melhorou em comparação à Nova República.

Essa modernização não pode ser lida, todavia, sem qualificá-la melhor. Dois exemplos: privatização sem marco regulatório claro pode significar serviços públicos piores, sobretudo aos mais pobres; a retirada do Estado da atividade direta da economia também não pode levar ao fim do planejamento regional do desenvolvimento, palavra que faz não parte do receituário da equipe econômica.

Mas a era das reformas é especialmente marcada pela aliança de um grupo composto pelo presidente, alguns ministros e congressistas, além de parte da elite burocrática, os quais têm um projeto de transformação do Brasil — concorde-se ou não com eles —, com uma parcela da classe política que aderiu apenas na aparência e de forma oportunista ao receituário de FHC. Alguns vão dizer que estou falando da manjada aliança PSDB-PFL. Acho que o problema é maior do que esta sopa de letrinhas e envolve a crença numa possível convivência ambígua, mas ao final positiva, entre o moderno e o atraso.

O presidente Fernando Henrique poderia retrucar, com boa dose de razão, que seria impossível governar sem essa elite política atrasada. Poderia dizer ainda que a sociedade está evoluindo, cobrando mais dos políticos e os obrigando a se modificar, o que é também verdadeiro, embora os cidadãos da cidade mais moderna do país tenham ficado completamente apáticos diante da maior onda de corrupção de sua história.

Só que o affair Eduardo Jorge demonstra que o atraso continua com o poder de cobrar a fatura pela participação na modernização. É bom lembrar aqui que o atraso já não é mais o mesmo: antes de ser um grupo de velhos coroneis do latifúndio — não obstante estes ainda existirem —, agora ele é fornado por uma elite com poderes basicamente urbanos, formados pela grilagem nas grandes periferias, pela aliança com empreiteiras ávidas pelo superfaturamento de obras públicas e por outras formas de "patrimonialismo moderno".

Ao emprestar dinheiro do Banco do Brasil ao governo malufista ou ao apoiar, mesmo que envergonhadamente, Joaquim Roriz para governador de Brasília, o presidente colocou à prova sua tese sobre a ambígua relação entre o atraso e o moderno e o Brasil. Evoluímos sim nos últimos anos, mas a antiga promiscuidade entre o público e o privado, com origem nas capitâncias hereditárias, também se aperfeiçoou. Talvez esta seja a maior lição que Eduardo Jorge deixa ao presidente-sociólogo Fernando Henrique Cardoso.